

CONSÓRCIO SETENTRIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
DE BRASÍLIA E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Curso de Licenciatura em Biologia a Distância

Carmen Maria de Andrade Torres

Avaliação da Inclusão de alunos com deficiência auditiva na rede
Municipal de Luziânia

Brasília

2011

Carmen Maria de Andrade Torres

Avaliação da Inclusão de alunos com deficiência auditiva na rede
Municipal de Luziânia

Monografia apresentada, como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Biologia, na Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof.Msc. Karina Cunha dos Santos.

Brasília

2011

Carmen Maria de Andrade Torres

**Avaliação da Inclusão de alunos com deficiência auditiva na rede
Municipal de Luziânia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia da Universidade de Brasília.

Aprovado em ____/____/____.

Profa. Ms, Karina Cunha dos Santos
Universidade de Brasília

Orientadora

Profa. Gabriela Rodrigues de Coledo Costa
Universidade de Brasília

Avaliador(a)

Profa. Anne Caroline
Universidade de Brasília

Avaliador(a)

Profa. Dr. Lenise Garcia

Universidade de Brasília

Coordenador do Curso de Licenciatura em Biologia

Brasília
2012

RESUMO

TORRES, C. M.A. Avaliação da Inclusão de alunos com deficiência auditiva na rede Municipal de Luziânia. Data da aprovação. 36 folhas. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade de Brasília

A Inclusão Escolar requer que as instituições educacionais proponham mudanças na sua organização física e pedagógica, de modo que sejam reconhecidas e valorizadas as diferenças. Buscando atender este contexto educacional, o Município de Luziânia - GO desenvolve desde 2004 a proposta das classes especiais para deficiente auditivos nas escolas regulares . Este trabalho tem como objetivo geral avaliar o processo de alfabetização dos alunos surdos nas classes especiais. Verificou-se que proporcionar a convivência de alunos surdos na mesma unidade escolar possibilita o desenvolvimento de sua identidade e linguagem. Os resultados alcançados por essa metodologia estão sendo satisfatórios tanto para os profissionais que lidam diretamente com os alunos, quanto para a família e para os profissionais que recebem estes alunos após esse processo de inclusão. Nesta pesquisa mostram-se os fatores que possibilitam este tipo de inclusão: metodologia adequada, professores capacitados, o uso da Língua Brasileira de Sinais.

Palavra- chave: classe especial, inclusão, deficiência auditiva, metodologia.

LISTA DE SIGLAS

CMV – Citomegalovirus

D.A. – Deficiente Auditivo

HSV - Herpes vírus humano

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

NAD – Núcleo de Avaliação e Diagnóstico

SEESP - Secretaria de Educação de Ensino Especial (Ministério da Educação)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Aparelho Auditivo	14
------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O tempo de atuação nas classes de inclusão parcial	22
Gráfico 2 - Formação dos Professores das Classes especiais	23
Gráfico 3 – Metodologia utilizadas.....	24
Gráfico 4 – Fatores que favorecem a aquisição da libras para os alunos	25
Gráfico 5 – Resultados conseguidos nas classes.	26

1 - INTRODUÇÃO

O lançamento da Constituição Federal de 1988 significou um grande avanço em termos educacionais no Brasil, pois respalda e propõe avanços significativos para educação escolar, elege a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art.1º, incisos II e III) como um dos seus objetivos fundamentais: a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela também garante o direito a igualdade (art.5º) e trata no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação . Esse direito deve visar "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho". Além disso, garante igualdade de condições, acesso e permanência na escola " (BRASIL, 1988)

Somente esta lei federal seria suficiente para que as instituições escolares passassem a repensar a educação como um direito inegável a todos, independentemente de suas deficiências. Porém, em 1996, o Brasil aprovou uma lei exclusiva para educação que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que não só garante o acesso e permanência na escola, mas acrescenta que é dever do Estado prover o acesso destes educandos preferencialmente nas escolas públicas. A partir desta interpretação legal é possível notar que estamos vivendo uma nova era educacional (BRASIL, 1996)

A inclusão escolar requer um olhar diferenciado sobre a pluralidade que é a principal característica da humanidade, e não a igualdade a uniformidade. Propondo uma mobilização da sociedade para um olhar diferente às diferenças humanas (SILVA, 2009)

A inclusão escolar requer também que as instituições educacionais proponham mudanças na sua organização física e pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças. A educação inclusiva visa a busca de meios para que os alunos inclusos participem ativamente do processo de ensino-aprendizagem, tendo subsídios materiais e humanos assegurando essa participação. (BRASIL, 2005)

Diante do novo contexto educacional, o município de Luziânia desenvolve a proposta das classes especiais nas escolas regulares, com o objetivo de promover a

inclusão. As crianças tem a oportunidade de relacionar-se com outras crianças surdas possibilitando assim ampliar a sua linguagem.

Outro fator determinante desse processo de inclusão é o uso de uma metodologia que visa atender plenamente a aprendizagem dos alunos surdos, principalmente na aquisição da sua segunda língua, o português escrito.

Este trabalho também visa conhecer as principais patologias causadoras da deficiência auditiva a fim de melhorar a compreensão sobre a condição física do aluno, bem como avaliar as metodologias e processos de educação destes alunos, uma vez que se trata de uma nova proposta para a inclusão dos deficientes auditivos.

2 - OBJETIVO GERAL

- Avaliar o processo de alfabetização e aprendizado dos alunos deficientes auditivos, inclusos nas classes especiais do ensino regular de Luziânia - GO.

2.1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever as principais causas da deficiência auditiva.
- Averiguar o comprometimento e a credibilidade que a instituição de ensino deposita nos trabalhos realizados nas classes especiais.
- Conhecer a metodologia e a proposta utilizada nas classes especiais.
- Avaliar a metodologia de ensino correlacionando-a com a realidade escolar dos educandos.
- Averiguar o nível de capacitação dos profissionais que atuam nas classes especiais de surdos.

3 - METODOLOGIA DA PESQUISA

As metodologias empregadas foram pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Através da pesquisa de campo busca-se conhecer a progressão de alguns alunos que estão inclusos nas classes especiais, bem como a atuação dos pais, professores, diretores e profissionais do NAD (Núcleo de Avaliação e Diagnósticos). A pesquisa realizou-se de questionário (anexo I), por meio de entrevistas realizadas com os funcionários (Professores e Diretores) da rede municipal de Luziânia – GO e a partir da observação do ambiente escolar. A partir dos dados coletados avaliaram-se os ganhos dessa organização de ensino, e também as falhas, o que pode ser alterado visando o aperfeiçoamento do mesmo.

4 – EMBASAMENTO TEÓRICO

4.1 – A IMPORTÂNCIA DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA A APRENDIZAGEM

“Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceito a pessoa. Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa porque a língua é parte de nós mesmos. Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los, devemos ajudá-los, mas temos que lhes permitir ser surdo”.

Terje Basilier – psiquiatra surdo norueguês

A comunicação é fator indispensável para o desenvolvimento do ser humano. É através da linguagem que o pensamento se organiza, se estrutura e a expressão humana acontece. (DOMINGOS, 2010)

É através da comunicação (linguagem) que os indivíduos têm acesso a sua cultura, constrói laços de afetividade e seu caráter, exerce sua cidadania. A língua e a linguagem podem ser compreendidas em dois diferentes prismas: o biológico e o social, onde no primeiro entende-se a linguagem como da linguagem humana já no social está intimamente ligada a expressão humana final. (QUADROS, 2006)

A pessoa que é surda possui um retardo na comunicação, haja vista que a maioria dos deficientes auditivos, não ter contato com a língua de sinais somente na escola. Diante do exposto, fica concebível o fato do tempo de alfabetização de um aluno surdo precisar um período mais longo em relação ao ouvinte, devido ao tempo que esse aluno necessitará para adaptar-se a fala. Ele precisa comunicar-se bem para depois então dar início ao processo de consolidação da alfabetização. (QUADROS, 2006)

O surdo percebe o mundo de forma diferenciada dos ouvintes, através das experiências visuais. A Libras vem atender plenamente essa necessidade de comunicação dos surdos. Por isso, deve-se focar a necessidade de uma metodologia adequada para a sua alfabetização, uma metodologia centrada no visual. (BRASIL, 2006)

A Libras é um instrumento indispensável para a metodologia de ensino adotada nas classes especiais, pois todos os indivíduos da sala fazem seu uso. Todo o conteúdo ministrado é explicado através dela. O grande desafio para os educadores de alunos surdos é fazer com que eles se apropriem da sua segunda língua, o português escrito.

O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 regulamentou a Lei 10.436/02 que dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais Libras. A lei reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão. No parágrafo único define-se Libras como forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico é de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. Sendo dessa forma, é considerada a primeira língua dos surdos.

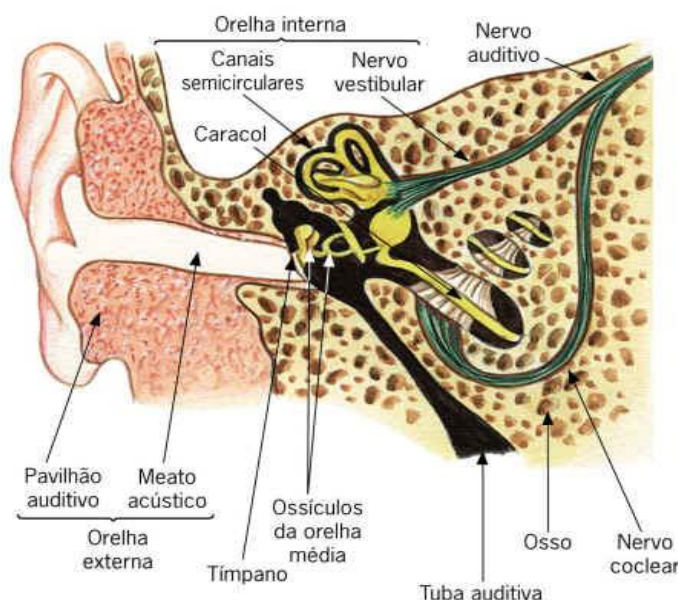
A Libras, assim como as diversas línguas naturais e humanas existentes, é composta por níveis linguísticos como: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Da mesma forma que nas línguas orais-auditivas existem palavras, nas línguas de sinais também existem itens lexicais, que recebem o nome de sinais. A diferença é sua modalidade de articulação, a saber, visual-espacial, ou cinésico-visual, para outros. Assim sendo, para se comunicar em Libras, não basta apenas conhecer sinais. É necessário conhecer a sua gramática para combinar as frases, estabelecendo comunicação. (QUADROS, 2010)

4.2 - O APARELHO AUDITIVO

As partículas do ar em movimento resultam na nossa capacidade de ouvir (som). Qualquer evento capaz de mobilizar ondas de pressão no ar, pode ser considerado como fonte sonora. (BRASIL, 2006)

O ouvido humano é um órgão que nos capacita a perceber e interpretar ondas em uma frequência entre 20 Hz e 20.000 Hz. (Gomes, 2000)

O órgão vestibulococlear ou orelha, é o complexo morfofuncional responsável pela sensibilidade ao som e aos efeitos gravitacionais e do movimento. A orelha está abrigada no osso temporal, e consiste em três partes, cada qual com características estruturais e funcionais distintas: a orelha externa, a orelha média e a orelha interna (ZORZETTO, 2003) (Figura 1).



SILVA J.C; SASSON, S. Biologia. São Paulo, Ed.Saraiva, 2002

Figura 1. Aparelho Auditivo.

A orelha externa é formada pelo pavilhão da orelha ou pina, que se projeta lateralmente à cabeça e é responsável pela captação do som; e, também, pelo meato acústico externo, um curto conduto que se dirige do exterior para o interior do órgão e que se apresenta fechado na extremidade interna pela membrana do tímpano. (ZORZETTO, 2003)

Já orelha média, é formada principalmente por uma pequena câmara cheia de ar na porção petrosa do osso temporal denominada cavidade do tímpano. Essa

cavidade comunica-se com a nasofaringe por um canal osteocartilaginoso chamado tuba auditiva. Em direção oposta à tuba, a cavidade do tímpano liga-se também ao antro mastóideo e, assim, com as células do processo mastóide do osso temporal. Uma cadeia de três ossículos articulados, situados na cavidade do tímpano, estende-se da membrana do tímpano até a orelha interna e é responsável pela transmissão das vibrações provocadas pelas ondas sonoras que incidem sobre a membrana timpânica. (ZORZETTO, 2003)

A orelha interna, consiste em um intrincado conjunto de cavidades e canais no interior da porção petrosa do osso temporal, conhecidos como labirinto ósseo, dentro dos quais existem delicados ductos e vesículas membranosas, designadas, no seu conjunto, labirinto membranáceo, o qual contém as estruturas vitais da audição e do equilíbrio. (ZORZETTO, 2003)

4.3 - PRINCIPAIS DOENÇAS QUE LEVAM A SURDEZ

Em suas publicações, Gerber (1990), realizou uma revisão das principais causas da deficiência auditiva, citando: hereditariedade, infecções perinatais como rubéola, Citomegalovirus, toxoplasmose e herpes, malformações na cabeça e pescoço, baixo-peso ao nascer, hiperbilirrubinemia e meningite.

4.3.1 – Meningite

O sistema nervoso (medula e encéfalo) encontra-se envolvido pelas meninges, que podem ser alvo de patologias importantes, como alguns tumores benignos e as meningites. Meningite é um processo inflamatório do espaço subaracnoideo e das membranas leptomeníngicas (piaracnóide) que envolvem o encéfalo e a medula espinhal. As causas microbiológicas incluem bactérias, vírus, fungos e outros parasitas. (VARELLA 2008).

4.3.2 – Rubéola

É uma doença infecto-contagiosa causada pelo Togavírus. Ele infecta a mãe através da via respiratória. O vírus é transportado pela corrente sanguínea até a placenta e o feto (Bess & Humes, 1998).

Martin (1995) destacou a ocorrência de deficiência congênita como consequência da infecção materna com rubéola, referindo que, embora geralmente seja considerada como uma infecção trivial de poucas consequências, os efeitos do vírus passando pela placenta e infectando o feto durante os primeiros três meses de gravidez são freqüentemente devastadores. Algumas crianças mostram dano amplamente difundido e severo do sistema nervoso central, resultando em deficiência mental e distúrbio do comportamento e do coração, olhos, ouvidos e do crescimento do corpo como um todo. A deficiência auditiva na rubéola é geralmente sensório-neural, de grau severo-profundo.

4.3.3 - Toxoplasmose

É uma doença infecciosa causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, infecção geralmente assintomática e algumas mães não percebem que estão com toxoplasmose durante a gestação.

A toxoplasmose é causada por um parasita que é transmitido à criança através da placenta. Acredita-se que a infecção é contraída ao se ingerir carne mal cozida ou através do contato com fezes de gatos. Cerca de 17% de recém-nascidos infectados apresentam perda auditiva, normalmente moderada e progressiva (Bess & Humes, 1998).

4.3.4 – Citomegalovírus

O citomegalovírus (CMV) é considerado um agente comum de infecção viral congênita. Os sintomas causados pela infecção do CMV engloba doença do fígado, perda auditiva e comprometimento neurológico como microcefalia e retardo mental.

Uma das complicações comuns da CMV é a deficiência auditiva, que varia de leve a profunda, podendo ser progressiva. O vírus é transmitido da mãe para o feto através da corrente sanguínea (Bess & Humes, 1998).

4.3.5 - Herpes

É uma doença sexualmente transmissível, sendo o vírus adquirido transmitido ao feto no útero ou durante o parto. Somente 4% dos bebês infectados sobrevivem sem complicação. Algumas das complicações da doença incluem comprometimento do sistema nervoso central, retardo psicomotor, problemas de visão e perda auditiva. A perda auditiva ocorre quando o HSV é contraído no útero ou durante o parto. (Bess & Humes, 1998).

4.3.6 - Caxumba e sarampo

Essas infecções pós-natais produzem perda auditiva neurossensorial; o dano coclear produzido por infecções virais ou bacterianas parece resultar do agente infectante que entra na orelha interna através do suprimento sangüíneo e das fibras nervosas. Além da meningite, a caxumba e o sarampo são considerados etiologias pós-natais da deficiência auditiva. (Bess & Humes, 1998).

4.3.7 - Hereditariedade

Na surdez hereditária, a deficiência está relacionada a genes, podendo constituir-se em síndromes com outros comprometimentos. Aparece na literatura didática como importante causa de surdez, que pode ser o único distúrbio herdado geneticamente ou fazer parte de um conjunto de outras anomalias que constituem as síndromes. (NORTHERN & DOWNS, 1989)

4.3.8 - Malformações congênitas

A dificuldade auditiva da criança pode vir também em decorrência de uma malformação congênita uni ou bilateral. Martin (1995) descreve a malformação como uma anomalia da orelha externa que pode acometer orelha média e orelha interna. Frequentemente causam uma perda auditiva condutiva, com audição relativamente

boa para a linguagem; a realização de uma cirurgia reconstrutora fornece êxito duradouro.

5- CLASSES ESPECIAIS DE DEFICIENTES AUDITIVOS NO ENSINO REGULAR

5.1 AS CLASSES ESPECIAIS SEGUNDO AS DIRETRIZES EDUCACIONAIS

O documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” lançado pelo Ministério Público Federal (2004), defende um novo conceito para a Educação Especial, em um ambiente escolar que não seja segregado, juntamente com pessoas da mesma idade cronológica. A participação desses alunos deve ser garantida nas classes comuns para que se beneficiem desse ambiente escolar e aprendam conforme suas possibilidades. Portanto, o direito ao atendimento educacional especializado previsto nos artigos 58, 59 e 60 da LDB (Lei 9394/96) e também na Constituição Federal(1988), não substitui o direito à educação (escolarização) oferecida em classe comum da rede regular de ensino. (Silva, 2004)

Cabe ressaltar que a LDB utiliza as expressões “serviços de apoio especializado na escola regular” e “atendimento especializado” como sinônimos de atendimento educacional especializado, afirmando que o atendimento pode ocorrer em classes ou escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo em classe comum. A LDB não diz que a escolarização poderá ser oferecida em ambiente escolar a parte. (Silva, 2004)

Outros dois problemas que tem sido constantemente discutidos e estudados são os critérios de encaminhamento de alunos a classes de Educação Especial e a permanência demasiadamente prolongada desses alunos em classes especiais, muitas vezes sem perspectiva nenhuma de retorno ao ensino comum. (ALMEIDA, 1984)

Essa questão também é debatida por FERREIRA (1992) quando ele discute e argumenta que as classes especiais parecem se constituir mais em um estágio para segregar e excluir da escola alunos que estavam nas classes normais, do que em um procedimento para trazer indivíduos deficientes para a escola.

5.2 - IMPLANTAÇÃO DAS CLASSES ESPECIAS NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA

A rede Municipal de Educação de Luziânia passa por um marco na educação com a gestão que iniciou seus trabalhos em 2004 e desde então vem inovando visando a melhoria da qualidade na educação em todos os aspectos, principalmente no que diz respeito à Educação Inclusiva.

A educação de surdos torna-se um assunto inquietante, principalmente porque diferentes práticas pedagógicas envolvendo os alunos surdos apresentam uma série de limitações, geralmente levando esses alunos, ao final da escolarização básica, a não serem capazes de desenvolver satisfatoriamente a leitura e a escrita na língua portuguesa, e a não terem o domínio adequado dos conteúdos acadêmico (LACERDA, 1989).

Para reverter essa situação foi criado o Núcleo de Avaliação e Diagnóstico, (NAD) que funciona na sede da Secretaria Municipal de Luziânia, esse núcleo faz parte da secretaria. O núcleo funciona com diversos profissionais: neurologista, psicólogos, fonoaudióloga, psicopedagogos, pedagogos e assistente social. As escolas têm uma cota de alunos em média três alunos por ano, para encaminharem ao NAD, onde estes alunos têm todo o atendimento até o fechamento do diagnóstico. Em alguns casos os atendimentos se prolongam como: a equoterapia, tratamento com a fonoaudióloga, psicóloga, entre outros.

Com o fechamento desse diagnóstico, o aluno será encaminhado para uma escola que tenha turmas de alunos com características semelhantes a ele, ou poderá ser encaminhado para uma classe especial em uma escola regular, e ainda poderá ir para turma reduzida, ou caso consiga acompanhar, irá para uma inclusão total em uma sala de ensino regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

A rede municipal buscou se organizar com a finalidade de oferecer as condições necessárias para que todos os alunos se sintam verdadeiramente inclusos no processo de ensino-aprendizagem. Uma questão relevante desta temática se deve ao fato de não conseguir alfabetizar as crianças deficientes auditivas, respeitando a sua língua materna, mesmo contando com o professor intérprete, pois a metodologia utilizada no ensino regular de alfabetização não atingia aquela criança. Primeiramente a criança não desenvolvia bem sua linguagem, a comunicação em sala se dava apenas com o auxílio da professora intérprete, em poucas unidades escolares tinham mais de uma criança D.A. Na maioria dos casos as crianças vem de família de ouvintes, o que não possibilita a aquisição da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) instrumento indispensável para a alfabetização do surdo.

As Escolas Municipais Professor Belim e Kelly Susan, foram escolhidas como escolas pólo, primeiramente devido a sua localização, uma no centro de Luziânia a Belim e a Kelly Susan no Distrito do Jardim do Ingá visando diminuir distância entre escola e comunidade. Outros fatores importantes para escolha dessas escolas são o espaço físico e o número pequeno de alunos do ensino regular, pois estas escolas ficam bem próximas a outras da rede municipal de Luziânia – GO.

Em 2004, o MEC divulgou o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. Esse documento visa a exterminação das classes especiais que em muitos lugares eram tidas com sala dos “bobinhos”, “do ceguinho”, “mudinho” sempre era a última sala da escola com péssimo aspecto, os alunos dessas salas não interagiam com o restante da escola, as salas eram tidas como um depósito de alunos, era verdadeiramente uma exclusão.

Apesar dessa organização não estar em consonância com o que é proposto pelo MEC, a realidade do município é totalmente adversa. Na Escola Municipal Professor Belim, (maior pólo de inclusão da rede) atende todas essas modalidades de classes citadas como: classe especial para deficiente auditivo, deficiente visual, dificuldade acentuada de aprendizagem, classes reduzidas e classes do ensino

regular. Os alunos das classes especiais têm propostas que atendem as suas peculiaridades, a interação é total, participam de todos os eventos propostos pela escola, onde o Projeto Político-Pedagógico da escola contempla essa diversidade, ensinando Libras para todos os alunos da unidade escolar, a fim de facilitar a comunicação. Existe sempre a busca pela conscientização das diferenças, o intervalo é em horário único, todos os alunos interagem, brincam, às vezes se estranham, as penalidades e restrições são comuns a todos. Raros são casos de discriminação entre alunos, o que se percebe são pais que estranham o fato dessas crianças estarem juntas com as outras na mesma escola, mas com muito acompanhamento profissional essas situações são revertidas. Os avanços obtidos por esses alunos são impressionantes e abrangem áreas, como socialização, comunicação, afetividade, o motor e o cognitivo.

O Plano Nacional de Educação Especial (MEC/SEESP, 1994) propõe o incentivo ao uso e à oficialização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Ao mencionar o ensino da Língua Portuguesa para o surdo, o documento recomenda que isso deve ser feito "por meio de uma *metodologia própria*". A metodologia encontrada pela Secretaria Municipal de Educação de Luziânia foi a criação das turmas de inclusão parcial nas escolas do ensino regular, as turmas são formadas no máximo com oito alunos, na classe de D.A são composta apenas de surdos, de deficiente visual, só com cegos, se ele não conseguir alcançar o esperado, ele ficar retido no mesmo ciclo.

As classes especiais estão dispostas em dois ciclos. O primeiro ciclo possui duas etapas, onde é trabalhada a base da alfabetização, normalmente quando a criança se apropria da sua linguagem, é quando deixa de usar gestos e mímicas e começa a fazer uso da Língua Brasileira de Sinais. O professor ensina o sinal, demonstra a gravura a que se refere depois vai mostrando que existe uma outra forma de expressar aquele objeto, que é através do português escrito.

A criança surda que está passando por um processo de alfabetização imersa nas relações cognitivas estabelecidas por meio da língua de sinais para organização do pensamento, terá mais elementos para passar a registrar as relações de significação com o mundo. (QUADROS, 2006)

Os alunos dispõem de uma professora de português que faz atendimento a esses alunos no contra-turno. A professora marca o dia que os alunos ficam na escola, e são atendidos na sala de multi-recursos, onde enfatiza o português escrito, dando reforço na proposta que é trabalhada na sala de aula. Os alunos gostam dessa atividade, pois a aula é bem dinâmica e faz uso de tecnologias educacionais como computador, projetor, e vários jogos pedagógicos.

O conteúdo é organizado em propostas de aprendizagem. Cada etapa de determinado ciclo, tem sua proposta. Cabe ressaltar que elas estão em consonância com os conteúdos programáticos da rede. O que a diferencia muito é o português, que é tido para os alunos como uma segunda língua, sua língua materna é a Libras.

A organização das classes especiais dá-se da seguinte forma: as séries iniciais do Ensino Fundamental são divididas em dois ciclos, o primeiro dividido em três etapas que corresponde respectivamente: I Etapa do 1º Ciclo – 1º Ano, II Etapa do 1º Ciclo – 2º Ano, III Etapa do 1º Ciclo – 3º Ano. Nesse primeiro momento é inicialmente trabalhada a linguagem com o aluno, o conteúdo, também é abordado, o professor, vai trabalhar a rua (vizinhança), ele primeiramente vai explorar bem os sinais, relacionados a esse tema, para depois então entrar com o conteúdo escolar. Neste ciclo é muito enfatizada a vivência. Os alunos nessas etapas tem acesso a todos os conteúdos que os alunos do ensino regular, com uma diferenciação em Língua Portuguesa, que é trabalhada, porém a metodologia utilizada é diferente da rede regular. O português é trabalhado no 2º Bimestre. As letras a serem enfatizadas na proposta são: J – V – M – T – P, no ano letivo será abordado todas as letras do alfabeto os professores durante sua coordenação irão selecionar as palavras que os alunos usam mais no seu dia-a-dia, para introduzir as palavras com o sinal e a gravura.

Os professores trabalham as palavras dentro de textos, além de textos da literatura infantil, textos construídos da vivência dos alunos, nesses textos elas podem explorar a palavra dentro de um contexto.

Considerando o ensino de português para crianças surdas há recursos muito importantes a serem utilizadas na sala de aula: o relato de histórias e a produção de literatura infantil em sinais (QUADROS, 2006)

O Segundo Ciclo possui 2 etapas: I Etapa do 2º Ciclo – 4º Ano , II Etapa do 2º Ciclo – 5º Ano. Os alunos que já estão nessas etapas já estão com sua linguagem desenvolvida. O português é trabalhado arduamente. Nas demais disciplinas, os alunos acompanham a grade curricular (proposta), os professores enxugam bem textos e informações escritas, explicam bem o conteúdo em Libras, usam muito recursos pedagógicos centrado no visual.

O segundo ciclo é uma etapa primordial para o sucesso do deficiente auditivo, é hora da consolidação da alfabetização, faz-se necessário ampliar ao máximo o seu vocabulário, conscientizá-lo da sua busca incessante pela aprendizagem. Na próxima fase da sua vida acadêmica, no 6º ano do Ensino Fundamental ele será incluso em uma sala regular, com o auxílio de uma interprete.

A sala de inclusão na escolar regular, é tida, como um caminho para se efetivar a verdadeira inclusão educacional, pois o aluno surdo terá possibilidades de acompanhar o conteúdo com igualdade com demais alunos, terá dificuldades como qualquer outro aluno, com deficiência ou não. Ele sempre precisará de um apoio especial, principalmente na sua segunda língua, o português escrito.

6- RESULTADOS E DISCUSSÃO

No questionário (Anexo I) aplicado aos quinze professores que atuam nas classes especiais nas turmas de surdos das Escolas Pólos da Rede: Escola Municipal Professor Belim e Escola Municipal Kelly Susan foram obtidos resultados com relação ao tempo de atuação e formação dos professores nas classes, metodologia utilizada e fatores que favorecem a aquisição de LIBRAS.

Em levantamento realizado no município verifica-se que a grande maioria dos alunos surdos, que saíram da rede municipal ingressando na estadual no 6º ano não estavam alfabetizados, reconheciam pouquíssimas palavras, o que acarretava na promoção descabida dos alunos que não obtinham ganho acadêmico algum.

Com a implantação do pólo, as crianças tiveram oportunidade de relacionar-se com outras crianças surdas possibilitando assim ampliar a sua linguagem, o uso

de uma metodologia que visa atender plenamente a sua aprendizagem principalmente na aquisição da sua segunda língua o português escrito.

O gráfico abaixo apresenta o tempo de atuação dos docentes nas classes especiais de deficientes auditivos.

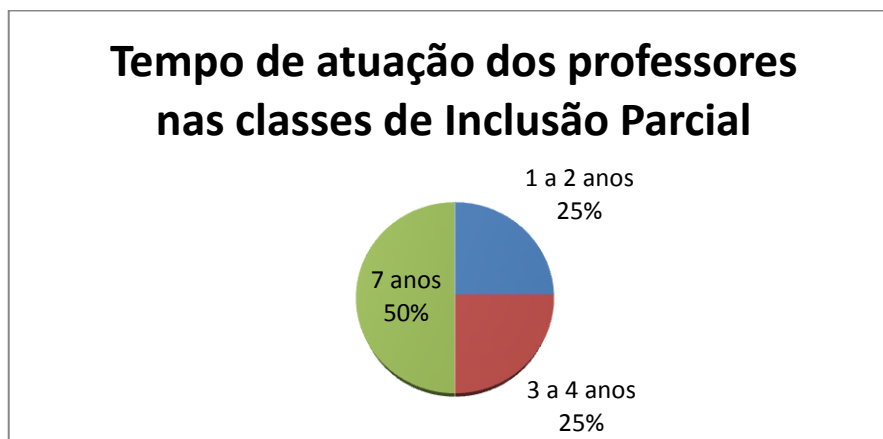


Gráfico 1: Tempo de atuação nas classes especiais.

Os professores que atuam nas classes especiais de D.A. são professores experientes, que gostam do que fazem. Não existe um grande número de rotatividade de profissionais, uma vez que 50% deles está no projeto desde 2004, ano de sua implantação. A permanência desses professores no projeto demonstra a credibilidade que estes professores depositam no projeto, pois fica melhor para a instituição dar continuidade nos cursos de formação, os professores criam elo de confiança com os alunos e com a família.

Todos os professores das classes especiais possuem nível superior e pós graduação em áreas relacionadas, conforme mostra a gráfico 2. Além disso, houveram relatos de participação em cursos de formação oferecidos pela secretaria municipal de educação e por outras instituições como APADA (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos), assim como cursos de extensão da UnB.

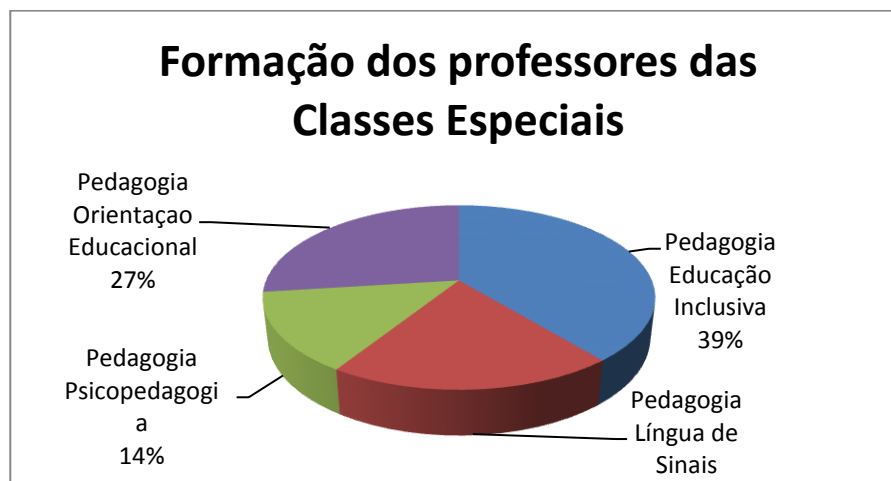


Gráfico 2 – Formação dos professores das Classes Especiais

A proposta das classes especiais foi lançada pela Diretora do Ensino Especial da rede municipal de Luziânia, Silvana Patrícia Vasconcelos, em 2004. A escolha dos profissionais que iam fazer parte do quadro do Ensino especial foi feita com muito cuidado, pois havia receio das classes tornarem-se refugio de professores sem perfil para atuar no quadro, professores com problema de voz, sem domínio de sala, professores cansados da rotina de sala lotada. As escolas abraçaram a proposta, os diretores também se mostraram receptivos com a metodologia. Foi oferecido muitos cursos de formação pela Secretaria Municipal de Educação d Luziânia GO, onde os professores aprenderam a aplicar o *portage* (teste aplicado para saber o nível que o aluno se encontra), aprenderam a trabalhar com o programa neurocognitivo, tiveram cursos de Libras e *Braille*.

Atualmente os cursos já não são mais ofertados com tanta frequência, ficando sob responsabilidade dos professores e da direção da escola.

Para obtermos um perfil deste profissional, que deve estar em constante processo de formação para propiciar satisfatório desenvolvimento da metodologia, são necessários professores comprometidos e capacitados. Todos os professores são pedagogos, e possuem especialização na área de Ensino Especial. (Educação Inclusiva, Língua de Sinais, Psicopedagogia e Orientação Educacional). Além dos cursos que são oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação, nos anos de 2010 e 2011 os professores também fizeram cursos na APADA, FENEIS e cursos de extensão da UNB.

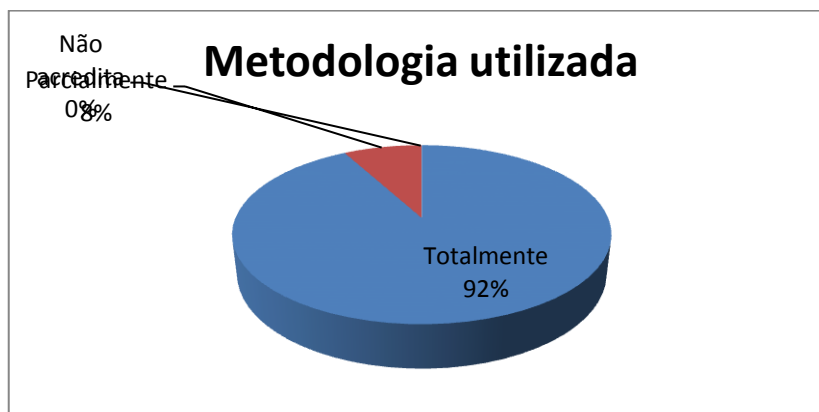


Gráfico 3 – Metodologia utilizada

Verificou-se que a credibilidade que eles depositam na metodologia utilizada, é bastante elevada, constando 92% de aceitação (Gráfico 3). Alguns professores relataram incrementar mais a proposta a medida que vão adquirindo mais experiência, na tentativa de suprir deficiências detectadas ao longo do tempo.

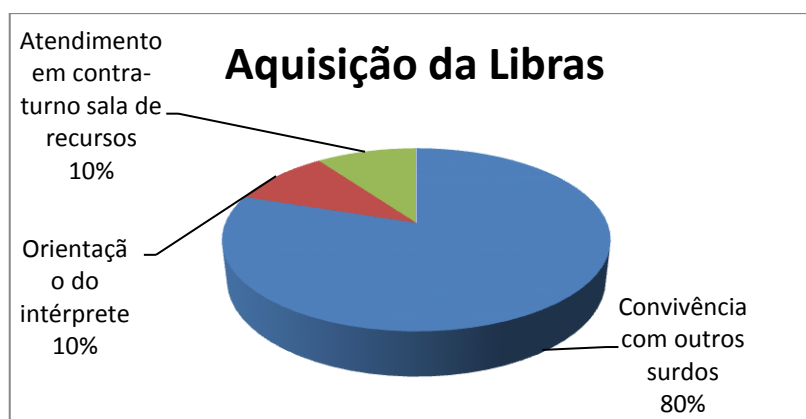


Gráfico 4: Fatores que favorecem a aquisição da LIBRAS para os alunos.

A grande maioria dos profissionais acreditam que a linguagem é melhor difundida entre vários usuários, apesar de não descartarem a presença do instrutor de Libras, pois sem orientação os alunos não crescem na aquisição de Libras, continuam com os sinais maternos.

A teoria sócio-interacionista, (Vigotsky, 2007) afirma que o meio social e o momento histórico é que determinam a língua e esta, a consciência do indivíduo e não sua formação biológica de modo estrito. Fica claro então, que a dificuldade na

formação plena do surdo não é sua surdez, e seus problemas biológicos, mas o meio social em que está inserido (escola só de ouvinte), o qual impede a apropriação de sua língua materna e de sua cultura.

Quase sempre os alunos surdos aprendem a LIBRAS quando iniciam sua escolarização. No ambiente familiar há muitos gestos combinados entre os familiares que não são sinais da língua de sinais. Quando chegam à escola começam a conviver com outros surdos e, assim, naturalmente vão aprendendo os sinais com colegas e professores.

A aceitação de uma língua implica sempre a aceitação de uma cultura, Behares (1987), a língua de sinais está intimamente ligada à cultura surda. Quando abordamos a cultura surda como fator construtor da sua identidade, a Libras está embutida neste contexto, o sujeito surdo convive quase sempre em duas comunidades surda e ouvinte.(PAULA, 2009). O convívio entre pessoas surdas possibilita a aquisição da sua cultura, favorece o desenvolvimento de sua identidade da sua linguagem.

Os entrevistados acreditam que o resultado conseguido nas classes especiais D.A não pode ser conseguido com o surdo incluso em uma sala regular (gráfico 5), principalmente na etapa de alfabetização, pois a metodologia de ensino de português para o surdo é bem diferente, sendo possível diminuir o tempo do processo de alfabetização.

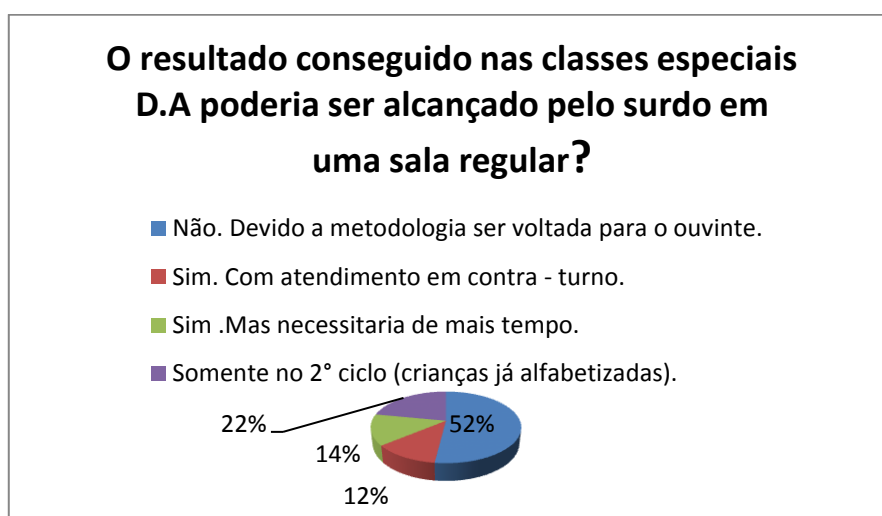


Gráfico 5 – Resultados conseguidos nas classes poderiam ser alcançado pelo surdo em uma sala regular.

O primeiro questionamento está direcionado ao tempo de atuação desses professores na sala de inclusão, os dados obtidos foram muitos satisfatórios, pois não existe grande rotatividade de professores, O gráfico 1 nos mostra que 50% dos professores estão atuando nas classes desde sua implantação. O gráfico 3 relacionado a metodologia usada nas classes, 92% dos entrevistados acreditam na metodologia utilizada, os 8 % dos professores que optaram pela parcialmente, é que veem a necessidade de uma constante complementação metodológica visando alcançar seus objetivos.

Um dos grandes objetivos da existência das escolas pólos de inclusão parcial da rede Municipal de Luziânia GO, é proporcionar ao aluno surdo conhecer outros alunos deficientes auditivos para que possam ampliar sua comunicação através da LIBRAS e construir sua cultura. Analisando o endereço residencial dos alunos surdos somente dois alunos poderiam estudar na mesma escola, nenhum dos alunos tem surdos na família, o que vem fortalecer mais a necessidade dessas classes, não para segregar e sim oferecer possibilidades de interação. Por isso, no terceiro questionamento foi suscitada as três possibilidades que o aluno poderia ter, no campo educacional para adquirir e aprimorar a LIBRAS são eles: Atendimento em contra-turno na sala de multi-recursos, o apoio do interprete em sala de aula, a convivência com outros alunos surdos. A grande maioria acredita que a convivência com os demais surdos faz com que ele cresçam na linguagem. Cabe também ressaltar que os professores enfatizam a necessidade do professor de apoio da sala de multi-recursos e do intérprete para complementar e direcionar o aprendizado.

Após esse processo de inclusão quando aluno é reinserido na sala regular, o desempenho dos alunos é bem satisfatório comparando com os alunos que saíram da rede. Em levantamento realizado através de entrevista com professores da rede estadual de ensino GO, os alunos que estão no 6º ano possuem o vocabulário bem maior no português escrito, e o nível de entendimento em libras também é melhor. Um dos pontos observados que se deve buscar melhorias na metodologia, seria um tempo maior de atendimento na sala de recurso. Os professores queixam-se também da grande quantidade de projetos que são desenvolvidos na escola como: dengue, justiça social, DST, nutrição que requerem muito tempo de planejamento e

da própria aula. Outro fator que dificulta é a falta de participação da família, que deixa a educação de suas crianças sob responsabilidade exclusiva da escola, não participam de eventos escolares não se comunicam com seus filhos através da Libras. Os cursos oferecidos pela secretaria municipal de educação de Luziânia - GO diminuíram muito e as vagas são muito limitadas. Outro fator que impossibilita um bom rendimento dos professores dá-se ao fato dos professores terem 40 horas em sala de aula, de manhã trabalham com classe de surdos e no turno vespertino com turmas de dificuldade acentuada de aprendizagem, o trabalho com surdos requer muito tempo para planejamento devido a necessidade de recursos visuais que a metodologia requer.

7- CONCLUSÃO

O sucesso alcançado nas classes especiais de alunos surdos se deve aos recursos utilizados e metodologia exclusiva para os surdos. A criança surda não pode ser alfabetizada em um ensino baseado para crianças ouvintes. O processo de alfabetização deve reconhecer o português como segunda língua, sendo a língua brasileira de sinais reconhecida e efetivamente a primeira língua. A alfabetização deve ocorrer primeiramente em libras, para depois ser alfabetizada na língua portuguesa.

Para que isso ocorra é imprescindível que no processo estejam envolvidos profissionais capacitados e que queiram fazer a diferença na vida desses alunos. À Secretaria de Educação de Luziânia - GO cabe subsidiar o trabalho que é realizado na escola fornecendo cursos de formação, proporcionando encontros pedagógicos para troca de experiências.

A realização desse trabalho teve por objetivo demonstrar que, a inclusão pode acontecer de diversas formas, e que os resultados obtidos nas classes especiais inseridas em escolas do ensino regular valorizam as potencialidades individuais, oferecendo ao aluno a oportunidade de ser o autor do processo de ensino-aprendizagem, proporcionando a interação com todos, respeitando suas limitações e enaltecendo suas potencialidades. O processo de inclusão da rede Municipal de Educação de Luziânia - GO mostra um dos caminhos que podem ser trilhados para a efetiva inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, um caminho entre muitos, que só pode ser trilhado respeitando os limites do outro.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. S. Análise dos motivos de encaminhamento de alunos de classes comuns a classes especiais de escolas públicas de primeiro grau. São Carlos, 1984. [Dissertação de Mestrado – UFSCar]

BESS, F.H; HUMES, L.E. Fundamentos de audiologia. 2ª edição. Porto Alegre, Artmed, 1998. p.155-94

BEHARES, L. E. Implicações neurológicas dos recentes descobrimentos na aquisição de linguagem pela criança surda. In: MOURA, M. C. et al. Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1987.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Imprensa Oficial Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos.[2ª. Ed] Brasília, 2006.

DOMINGOS. M.C.S. Cartilha de Libras. UNIFENAS,2010 Disponível em: <http://www.unifenas.br/extensao/cartilha/CartilhaLibras.pdf> acesso: 08 de Julho de 2012.

FERREIRA. J.R., Notas sobre a evolução dos serviços de educação especial no Brasil. Em Revista Brasileira de Educação Especial: Piracicaba: Unimep, 1992.

GERBER, SE. Review of a high register for congenital or early-onset deafness. 24: 347-56, 1990

GOMES, C.A.V. A audição e a surdez. Marília: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a atenção à pessoa com deficiência. Programa de Pós-Graduação em Educação, UNESP- Marília, 2.000.

LACERDA, C.B.F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. In: *Cadernos Cedes*, nº 23. Campinas, SP: Unicamp, 1989

MARTIN. A. Causas de surdez nas crianças. In: Ballantyne, J; Martin MC; Martin A. Surdez. 5. Edição. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995. 312p.

NORTHERN, J. L.; DOWNS, M. P. Audição em Crianças. 3 edição. São Paulo: Manole Ltda, 1989. 432 p.

PAULA, L.S.B. Cultura Escolar, cultura surda e construção de identidades na escola. 2009. Disponível em: WWW.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-65382009000300005&script=sci-arttext acesso: 24 de julho de 2012

QUADROS, R. M., SHIMIEDT, M. L. P. Idéias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos?. Educação especial - olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55 .

SILVA J.C; SASSON, S. Biologia. São Paulo, Ed.Saraiva, 2002.

SILVA. M.P.M. Identidade e surdez: O trabalho de uma professora surda com alunos ouvintes. São Paulo. Plexus Editora. 2009

SILVA, P. J. M. O Acesso de alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular/ Ministério Público Federal. 2ª ed. Rev. E atualiz. - Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: www.adiron.com.br/site/uploads/File/cartilhaatual.pdf acesso 02 de julho 2012

VARELLA, D.; Entrevista Meningite. 2008 disponível em: <http://drauziovarella.ig.com.br/entrvista/meningite.asp> acesso: 12/06/2012

VIGOTSKY, Lev Semenovich. A formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores; organizadores Michael Cole...[et al.]; tradução José Cipolla Netto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. - 7ª ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZORZETTO.N.L. Curso de Anatomia Humana. 8 Edição. Bauru: LIPE, 2003. 222p.

ANEXO

**QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DE ALUNOS DAS CLASSES DE
INCLUSÃO PARCIAL D.A.**

- 1- Há quanto tempo atua nas classes de inclusão parcial como professor de aluno surdo?
- () 1 a 2 anos
 - () 3 a 4 anos
 - () 5 a 6 anos
 - () Desde a implantação das classes.
- 2- Você acredita na metodologia utilizada nessas classes?
- () Totalmente
 - () Parcialmente
 - () Não acredito.
- 3- As classes especiais proporcionam a convivência entre alunos surdos possibilitando o desenvolvimento da Língua de Sinais, muitas vezes o aluno surdo só adquire Libras na escola. Marque a opção que você acredita que melhor demonstra a forma que o aluno pode adquirir a Libras?
- () Com atendimento no contra-turno
 - () Com auxílio da intérprete na sala de aula.
 - () Convivendo com outros surdos, tanto na sala, quanto nas dependências da escola.
- 4- O resultado conseguido por você em sala com seus alunos poderia ser alcançado pelos seus alunos em uma sala regular?
- () Sim. Com o atendimento em contra-turno.
 - () Não. Devido a metodologia ser voltada para ouvintes.
 - () Sim. Somente no 2º ciclo com a criança já alfabetizada.
- 5- Informe:
- a- Graduação: _____
 - b- Pós Graduação _____
 - c- Outros cursos na área de inclusão: _____
-

As informações contidas neste questionário serão utilizadas no TCC – no curso de ciências biológicas. Os dados serão revertidos em Gráficos e tabelas. Serão utilizados restritamente para este fim, sem qualquer identificação individual do respondente do questionário.

Desde já agradeço a ajuda de todos!!!!